

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LARAIA, Roque de Barros. Roque de Barros Laraia (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 17min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Roque de Barros Laraia  
(depoimento, 2008)**

Rio de Janeiro

2019

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Celso Castro; Karina Kuschnir;

***Levantamento de dados:*** Celso Castro; Karina Kuschnir;

***Pesquisa e elaboração do roteiro:*** Arbel Griner; Celso Castro; Helena Maria Bousquet Bomeny; Karina Kuschnir;

***Técnico de gravação:*** Ítalo Rocha Viana; Marco Dreer Buarque;

***Local:*** Caxambu - MG - Brasil;

***Data:*** 28/10/2008 a 28/10/2008

***Duração:*** 1h 17min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto teve vigência de dois anos (2008/2009). Para ter acesso à transcrição e ao vídeo da entrevista [clique aqui](#).

***Temas:*** Antropologia; Assuntos familiares; Atividade profissional; Darcy Ribeiro; Florestan Fernandes; Formação profissional; Gilberto Freyre; História; História de vida; Museu Nacional; Universidade Federal de Minas Gerais;

## *Sumário*

Entrevista: 28.10.2008 Origens familiares; a formação escolar; lembranças da família; a experiência como jornalista: o trabalho nos periódicos A Hora e O Esporte (década 1950); a graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o ingresso na primeira turma de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional (1960); comentários acerca das contribuições de Roberto Cardoso e Darcy Ribeiro para a Antropologia brasileira: a difusão das Antropologias Social e Cultural (década de 1950); o exercício da Antropologia durante a Ditadura Militar; o impacto do início do curso de pós graduação em Antropologia no Museu Nacional; experiências no campo; a conciliação da vida profissional e familiar; opinião acerca da publicação de diários de campo; a primeira expedição; Antropologia, uma disciplina; Antropologia e Etnologia; Antropologia política e de denúncia; a importância da tradição oral indígena; o sucesso de Cultura: um conceito antropológico (1986); personagens marcantes em sua trajetória: Eduardo Galvão e Noel Nutels; o ataque de Darcy Ribeiro a Antropologia brasileira e o seu rompimento com o Museu Nacional; a nova geração da Antropologia; a relação com Florestan Fernandes; breve comentário acerca da influência de Gilberto Freyre para a Antropologia na década de 1960; o contato com antropólogos estrangeiro; as dificuldades enfrentadas pelos antropólogos para se fazer estudos fora do Brasil; opinião acerca da qualidade da formação dos alunos graduandos de Antropologia atualmente; breve análise acerca da questão territorial que envolve a região Raposa Serra do Sol.

*Entrevista: 28/10/2008*

Celso Castro – Roque, nós vimos já várias entrevistas com você e queríamos não repeti-las muito nessa entrevista de hoje. Você já falou várias vezes de o seu interesse por Antropologia ter surgido mais ou menos por acaso, porque você tinha feito História na graduação, mas eu não vi, nas entrevistas, a explicação sobre por que você foi fazer História, e eu talvez quisesse começar assim, um pouco as suas origens familiares e por que o interesse. Pela sua família e o interesse de fazer História.

Roque Laraia – Eu nasci em Pouso Alegre, bem próximo aqui de Caxambu – nós estamos a 100 quilômetros de Pouso Alegre –, e quando eu estava completando o científico, eu tive que ir para São Paulo para terminar o científico porque o colégio em Pouso Alegre oferecia só as duas primeiras séries e não a terceira. E quando eu fui para São Paulo, eu saí de Pouso Alegre com essa ideia de que eu ia fazer Engenharia. Na minha família, eu sou a primeira pessoa que chego à universidade. O meu avô era um imigrante italiano que veio para o Brasil no final da década de 80 do século XIX, eu acho que praticamente no ano da abolição da escravatura. E no Brasil, ele era sapateiro, e meu pai foi viajante comercial, então, ninguém tinha cursado além do... O meu pai mesmo só tinha o primeiro grau. E a única possibilidade que eu via de estudar era trabalhando e estudando ao mesmo tempo, então, São Paulo era o lugar mais atraente, porque era... Pouso Alegre dista 180 quilômetros da capital de São Paulo. E eu fui para São Paulo, então, para terminar o científico. E naquele momento, eu acreditava que ia fazer Engenharia. Eu não sei bem explicar por que da Engenharia, porque na adolescência eu pensei muitas outras possibilidades. E quando eu cheguei em São Paulo, eu tinha que trabalhar, então, um emprego que surgiu para mim foi trabalhar em um jornal como repórter.

C.C. – Qual era o jornal?

R.L. – Era um jornal bem sensacionalista chamado *A Hora*, que era um jornal tabloide. Era *A Hora* e *O Esporte*. Um fazia mais coberturas de crimes e, o outro, de futebol. E, com isso, eu terminei o segundo grau. Mas o jornal era uma coisa muito envolvente. Naquela época, não havia essa exigência que você tivesse feito Jornalismo para ser repórter; era uma coisa muito mais de experiência. O meu amigo que me orientou para fazer a seleção no jornal disse: “Eles

vão fazer duas perguntas. Primeiro, se você conhece a cidade de São Paulo”, e eu tinha... Antes disso, eu tinha arrumado um emprego que era em um laboratório chamado Novoterápica, e eu cobrava as farmácias que não pagavam. Eu levava as duplicatas para fazer a... E, com isso, eu conhecia toda a cidade de São Paulo, que naquela época não era a cidade de São Paulo de hoje – ela estava muito mais limitada pelos rios Tietê e Pinheiros. Tinha muito pouca coisa além disso. Então, eu conhecia a cidade. E me perguntaram: “Você trabalhou em jornal?”. A resposta era para dizer sim. Todo mundo sabia que não era verdade, mas fazia parte do ritual, e eu tinha trabalhado no... Trabalhado não, eu tinha feito um jornal dentro do colégio, lá em Pouso Alegre, então... E eles davam um mês de prazo para você mostrar a sua capacidade. Então, eu comecei como repórter policial.

C.C. – Policial?

R.L. – É, repórter policial. Porque o jornal... Era o forte do jornal. Ele fazia outras coisas...

C.C. – Mas você ia às ruas fazer matérias?

R.L. – Não, não. A gente ficava na redação aguardando um chamado qualquer que vinha da Central de Polícia. Acontecia um crime em tal lugar, a gente ia para lá.

C.C. – Olha!

R.L. – E depois você escrevia, fazia a reportagem toda, e isso ia para a redação do jornal, que podia fazer até uma edição diferente do que você escreveu.

K.K. – Isso no final dos anos 50?

R.L. – Isso é...

K.K. – Em meados?

C.C. – No início.

R.L. – Isso no começo de 50. Eu cheguei em São Paulo em 1950. Eu estava fazendo dezoito anos nessa época.

C.C. – Mas aí, quando você completou... Você não pensou em continuar no jornalismo nessa época?

R.L. – Não. Eu continuava sempre com a ideia que eu ia fazer Engenharia. Eu me inscrevi no vestibular, e realmente eu não passava, porque eu estudava muito pouco. Aí, cheguei à conclusão que, se eu ficasse em São Paulo, eu não largaria o jornal – porque era uma atividade muito envolvente, eu tinha amigos lá. E, com isto, eu cheguei à conclusão que o melhor seria mudar para Belo Horizonte para começar uma vida nova, e aí eu fiz concurso para o IAPI que era o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. Depois da revolução, foi tudo fundido em INSS, mas naquela época cada categoria tinha um instituto, e o IAPI era um dos maiores institutos – perdia para o IAPC, que era dos comerciários. E isso possibilitaria eu estudar de manhã e trabalhar à tarde, porque o horário do IAPI e dos institutos naquele tempo era de meio-dia às seis. Era um horário corrido, especial. E, com isso, eu consegui uma transferência para Belo Horizonte. Aí, tentei mais uma vez Engenharia. E nada, não é? Porque eu realmente não tinha nenhum prazer em estudar as coisas de Engenharia. E um dia, em um bar, eu lembro bem disso, eu conheci um psiquiatra – era uma pessoa que fazia umas experiências lá em Belo Horizonte, assim, curar verruga por hipnotismo e essas coisas todas – e bebendo junto com ele, ele falou... Eu comentei o fato que eu não tinha interesse em estudar e ele falou: “É porque você está estudando errado. A escolha é errada. Olha o que você lê, quais são os livros que você compra”, ou coisa desse tipo. Aí eu descobri que toda vez que eu entrava em uma livraria eu comprava um livro de História: História do Brasil, História... Não era Engenharia que eu lia. Aí eu resolvi fazer vestibular para História. Em um prazo muito curto, me preparei e passei, e entrei então na Universidade Federal de Minas Gerais, no curso de História. Agora, no curso de História tinha a disciplina chamada Antropologia, que na época eu nem sabia bem o que era. Era Antropologia Física no primeiro ano, Antropologia Cultural no segundo e Etnologia do Brasil no terceiro.

C.C. – Era três anos, o curso?

R.L. – O curso era de três anos. Depois tinha um ano a mais, de didática. Mas gente recebia o título de bacharel no terceiro ano, e de licenciado no quarto ano. E, com isso, eu comecei a me interessar um pouco por Antropologia, embora – e eu já falei isso várias vezes – o professor de Antropologia fosse muito ruim. Ele era médico dermatologista, e as pessoas diziam: “Como dermatólogo, é um bom antropólogo e como antropólogo é um bom dermatólogo”. Mas eu fiquei meio fascinado com a disciplina – o primeiro livro que eu li de Antropologia mesmo foi *O homem*, de Ralph Linton, que talvez fosse o único livro existente em português, não é?

C.C. – Sobre o curso de História ainda, você gostou do curso de História, tirando essa disciplina de Antropologia?

R.L. – Não, gostei. Eu gostava do curso de História. Na verdade, eu gosto tanto de Antropologia e, naquele momento, eu não pensava em fazer Antropologia porque... E também não via muita perspectiva para Antropologia no Brasil naquela época. Até o final do curso de História, o meu projeto era me tornar professor de História. No último ano, no terceiro ano, eu recebi um convite para, no ano seguinte, eu ser auxiliar de ensino de Etnologia Indígena e Língua Tupi. A disciplina era essa: Etnologia Indígena e Língua Tupi.

C.C. – Lá em Minas mesmo?

R.L. – Em Minas. Mas acontece que nas férias, depois que eu terminei o terceiro ano, eu vi, no corredor da faculdade, um anúncio de um curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social no Museu Nacional. Aí, cheguei à conclusão que havia, sim, uma possibilidade de fazer Antropologia e me inscrevi naquele concurso. Ofereciam seis vagas com bolsa e...

C.C. – Sempre saindo de Minas.

R.L. – Aí, saí de Minas.

C.C. – Pelo visto, você não tinha vontade de ficar em Minas.

R.L. – Não... Na verdade, é o seguinte: em cada lugar que eu morei, eu gostei tanto que sempre... Em São Paulo, eu achava que eu tinha escolhido a cidade que eu ia viver sempre, e depois, fui para Belo Horizonte e também pensava nisso, mas sempre, quando surgia uma oportunidade, eu saía. Aí eu fui para o Rio. Eu fiz a seleção no Museu Nacional com o Roberto Cardoso de Oliveira e fiz parte da primeira turma do curso, que era: eu, o Roberto DaMatta, a Alcinda Ramos e mais três, o Edson Diniz, a Hortência Caminha e a Odília Benvenuto.

K.K. – E o IAPI? Foi uma decisão tranquila?

R.L. – Não, nesse momento, eu consegui uma licença sem remuneração no IAPI e fui fazer o curso. O curso era de duração de um ano. No final de um ano, o Museu, que há quatorze ou quinze anos não contratava ninguém, resolveu contratar então – não só na Antropologia, mas na Biologia, na Botânica e na Geologia –, contratar novos pesquisadores. E a decisão foi que os três primeiros colocados no curso seriam colocados. Então, eu não fiz um concurso para entrar no Museu; o curso foi considerado um concurso.

C.C. – Quem era, na época, o...? Havia o Departamento de Antropologia já?

R.L. – Já.

C.C. – Quem eram as pessoas?

R.L. – O Departamento de Antropologia... Na verdade, era assim: o Departamento era dividido em divisões, e o Departamento era dirigido pelo Castro Faria, que era um antropólogo, vamos dizer, generalista ainda, porque ele sabia tanto Antropologia Cultural quanto Antropologia Física e Arqueologia. E havia as divisões, que eram: Antropologia Cultural, que o Roberto Cardoso que dirigia, a Linguística, que era o Mattoso Câmara, e Antropologia Física, que era a Marília Carvalho que dirigia. Agora, na Antropologia Cultural, na verdade, só tinha o Roberto Cardoso.

C.C. – Você disse em uma entrevista que, naquela época, Antropologia era Etnologia.



R.L. – É.

C.C. – Na verdade, o antropólogo estudava índio basicamente.

R.L. – É. Naquela época, praticamente todo mundo estudava índio. Muito pouca gente... Eu tiraria René Ribeiro, que já fazia pesquisa com negro em Recife; Thales de Azevedo, na Bahia, que também trabalhava com a cultura afro, mas noventa por cento trabalhava diretamente com índio.

K.K. – E essa distinção, Antropologia Cultural e Antropologia Social, que você menciona?

R.L. – É, isso... Porque o Roberto Cardoso, na verdade, ele foi um elo de transição entre duas fases da Antropologia brasileira, que é uma fase de autodidatas, e talvez o último autodidata... É meio surpreendente quando a gente fala isso, mas o último autodidata foi o Darcy Ribeiro, porque no fundo ele só fez uma graduação em Sociologia e Antropologia, não fez nenhuma pós-graduação. E o Roberto, que fez a graduação de Filosofia na USP...

C.C. – Acho que foi estagiário do Darcy.

R.L. – Exato. E em 53, o Darcy foi fazer uma palestra em São Paulo, eu não sei exatamente como eles se comunicaram, mas ele gostou do Roberto e convidou o Roberto para ser assistente dele em um curso de especialização em Antropologia que ele oferecia no Museu do Índio, na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. Agora, o Roberto já tinha uma experiência com... Como ele fez o curso de Filosofia, no último ano do curso de Filosofia ele tinha que fazer uma especialização. É aquela história, a Filosofia é tudo, mas não tem conteúdo, e precisa você ter se especializado em alguma coisa, e ele escolheu Sociologia para fazer essa especialização. E Sociologia era o Florestan Fernandes. E o Florestan Fernandes, naquele tempo, embora fosse sociólogo, ele estava muito mais envolvido com índios Tupinambá, com a Etnologia do que com outra coisa. Então ele tinha uma noção já de Etnologia. E nesse momento o Darcy estava montando a Grande Exposição na Oca, no novo parque do Ibirapuera, que inaugura o Ibirapuera, em 54, e o Roberto colaborou com ele. Então, o Roberto foi para o Rio e, depois, para o Museu Nacional.

K.K. – Você estava começando a explicar a diferença, àquela altura, da Antropologia Cultural e Social.

R.L. – Ah, desculpe. Acontece o seguinte, o Roberto, enquanto todos os antropólogos brasileiros, o Darcy e todos os antropólogos brasileiros seguiam uma tendência culturalista americana – era uma forte influência da Antropologia americana –, que era a Antropologia definida como Cultural, o Roberto começou a ler muito mais Radcliffe-Brown e todos os ingleses, que falavam em Antropologia Social. Então, ele começou a usar esse termo, Antropologia Social. O Darcy falava: “Isso não é Antropologia, isso é Sociologia”. E foi daí que surgiu. E Antropologia Social, a gente entendia Antropologia Social porque os ingleses estavam muito mais interessados em organização social e nos parentescos do que os americanos e a Antropologia Cultural, que dava muita ênfase à cultura material e outras coisas desse tipo.

C.C. – Você estava no Museu Nacional já contratado quando teve o golpe de 64.

R.L. – Foi.

C.C. – A impressão que se tem é que a Antropologia foi mais preservada do que outras disciplinas.

R.L. – Ah, sim.

C.C. – Do ponto de vista político, como é que você viveu esse período, você lembra?

R.L. – Lembro. Sabe, é um período... Os anos 60, eu passei muito tempo no campo fazendo pesquisa. E naquele tempo, ir para o campo era um isolamento total: você não tinha telefones como tem hoje, por satélite, e até rádio era difícil. Você tinha que levar um rádio imenso e uma quantidade de pilhas tão grande que... E chegava um tempo que as pilhas acabavam, então, você ficava muito sem notícias. Por exemplo, o Jânio Quadros renunciou no dia 25 de agosto e eu fiquei sabendo no dia 8 de setembro que o país não tinha mais... que o presidente era outro, e coisas desse tipo, não é? Então, nesse período de 64, eu passei também um período no campo.

E o importante é o seguinte... A sensação que a gente tinha é que... Os militares, na revolução, eles consideraram a Antropologia uma coisa como Paleontologia, Arqueologia, uma coisa que mexia com o passado e não com o presente. Tanto é que outras áreas foram atingidas pesadamente: a Sociologia foi muito atingida, a História quase que acabou praticamente. Em Antropologia mesmo... Quer dizer, o único antropólogo que foi cassado era o Darcy Ribeiro. E não foi porque era antropólogo. Ele era chefe da Casa Civil do João Goulart. E, com isso, em 68, quando o Roberto abre o curso de mestrado em Antropologia Social no Rio de Janeiro, havia todo um grupo de estudantes que queriam ser sociólogos, e que não podiam ser sociólogos porque não havia a pós-graduação, que foram para o Museu Nacional. Eu estou falando de Lygia Sigaud, Otávio Velho... Acabaram se transformando em antropólogos, mas o projeto era serem sociólogos. Eu acho que só uma, a Alice Abreu, que entrou nessa leva e que persistiu em ser socióloga e foi fazer doutorado em Sociologia na Inglaterra.

C.C. – E como foi a chegada do programa? Quer dizer, havia o Departamento de Antropologia, mas não havia um programa de pós-graduação. O que isso influenciou dentro do Museu?

R.L. – Bom, havia uma... Isso era... Desde o curso de Teoria, que era um curso de especialização, em 1960, 61 e 62, já havia um problema com os pesquisadores mais antigos do Museu. Porque o Museu estava congelado no tempo: todos os pesquisadores, independente da divisão, chamavam-se naturalistas, todos usavam... A gente usava um avental branco, tem fotos dessa época, como se fossem médicos, os pesquisadores. Aí, de repente, os pesquisadores descobriram que a nossa bolsa era equivalente ao salário deles, e aí já começaram a não gostar disso. E no final do ano, quando eu, o Roberto DaMatta e a Alcinda, que devia ter sido contratada mas não foi porque descobriram que ela não era brasileira, era portuguesa, e ela não pôde assumir, porque era um cargo público, embora ela tenha vindo jovem ainda, bem criança para o Brasil... Aí houve uma grande... Bom, o Museu Nacional foi incorporado à Universidade do Brasil. Porque até então – e eu tenho até uma carteira de identidade – o Museu Nacional era um órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura. No final de 60 e começo de 61, ele foi incorporado à Universidade do Brasil, que hoje é Universidade Federal do Rio de Janeiro, e aí o salário triplicou. Então, houve um descontentamento, porque nós passamos a ganhar tanto quanto os velhos. Porque não havia diferenciação de tempo. Eles achavam um absurdo... Nós achávamos que eles deviam até ganhar mais, mas nós não queríamos ganhar menos também.

Então, era como se fosse uma renovação no quadro do Museu, que começou com aquele grupo de botânicos.

C.C. – Esse curso tem quase 50 anos, não é? Ele completa 50 anos o ano que vem.

R.L. – É.

K.K. – Antes de você fazer essa pergunta, Celso, eu queria só voltar um instantinho, porque nesse período que você mencionou, um tempo bastante grande no campo na década de 60, um pouco antes de a gente começar a entrevista, você mencionou que o seu filho nasceu em 64.

R.L. – Sim.

K.K. – Como foi conciliar essa carreira, a ausência e a constituição de uma família?

R.L. – Bom, eu casei no final de 63 e, praticamente, a nossa lua-de-mel foi no Xingu. Então, o meu filho foi concebido no Xingu. E depois que ele nasceu... A minha esposa foi junto comigo, mas depois ela nunca mais foi para o campo, exatamente porque havia uma dificuldade, que era você ir com uma criança pequena para uma aldeia indígena. Aliás, a gente quase perdeu esse meu mais velho. Porque ela ficou grávida no Xingu, a gente não sabia que ela estava grávida, e ela... Naquele tempo, você ia para o campo e voltava de lá quase assim... com um aspecto de refugiado de campo de concentração nazista, pelo problema de alimentação. Ela estava muito magra, ficou grávida, e ela desmaiou um dia – provavelmente, era já sinal da gravidez – e achava que era outra coisa, malária e essas coisas, e quando ela chegou no Rio, ela estava na eminência de perder a criança. Então, com isso, eu acho que ela nunca mais se interessou em ir. E quando a minha filha nasceu, em 67, eu estava no campo e demorei vinte dias para saber que ela tinha nascido. Até hoje ela não me perdoa por esta ausência, de não estar lá no momento em que ela nasceu. Mas em um aniversário dela, eu copieei o diário do dia que ela nasceu e dei para ela, para ela ficar sabendo o que eu estava fazendo. O Roberto DaMatta também tinha essa situação. O Roberto DaMatta também ia para o campo com a mulher. Eu acho que a Celeste gostou mais do campo, porque eles foram várias vezes depois.

C.C. – Os seus diários de campo, você nunca pensou em publicar?

R.L. – Sabe de uma coisa, eu sempre fui contra publicar diário de campo. Quando o Marco Antônio publicou o diário de campo do Eduardo Galvão, eu acho que... Eu gosto muito do Marco Antonio, ele prestou um serviço em publicar, mas o Galvão não teria gostado. E o Galvão não teria gostado pelo seguinte, porque... Quando o Darcy publicou o seu diário de campo... O Darcy tinha uma secretária que chamava Berta Ribeiro e, quando ele chegava do campo, ela datilografava tudo e, no momento que ela datilografava tudo, ela editava também. Então, ela corrigia os erros... Porque você escreve o diário de campo aqui – é, literalmente, em cima das coxas – e escrevendo da maneira mais econômica e não se preocupando muito com gramática. Você está muito mais preocupado em preservar a memória do que você está vendo. E, além disso, o antropólogo... Embora todas as vezes que eu fui para o campo e todos os antropólogos do Museu Nacional que iam para o campo saía uma portaria da expedição tal. Quando você fala em expedição, você imagina um safári ou qualquer coisa desse tipo, mas a expedição era um homem só. Então, você passa, no período de campo, por um período muito grande de isolamento. É como o Malinowski disse: você não tem comunicação com o nativo. Você está trabalhando cem por cento, porque você não tem lazer. Porque mesmo quando você entra em uma roda de conversa com os homens, eles estão falando sobre as coisas que eles gostam: caçada, pescaria... Então, não te interessa isso. Você não consegue relaxar e você se sente isolado. Você está no meio de 40, 50, 60 pessoas, mas está sozinho. E sozinho mesmo, porque, na sua frente, como eles são políticos também, eles te tratam assim... para o Kamaiurá, é o irmão mais velho. Embora, naquela época, muita gente era mais velha que eu, mas irmão mais velho era um título que dava autoridade. Todos eles se diziam... Eles te tratavam como se fosse uma pessoa muito importante. Mas quando eu escutava as conversas deles, entre eles, eles sempre falavam “o homem branco”, “o [caraíba]”. Ou seja, na verdade, você nunca se integrava. Eu nunca acreditei nesses antropólogos que falam: “Não, eles me tratavam como um deles”. Tratava como um deles, mas na retórica, na prática, você era o estranho. Entre os Assurini, até era pior, porque entre os Assurini eu era chamado, entre eles, “o macaco”, por causa da quantidade de pelos, porque eles não têm. E eu caía e coisas assim. Então, você sempre se sente muito isolado, e quando você se sente isolado, você usa o diário como interlocutor. É como uma garota de quinze anos que está escrevendo o seu diário. Então, por isso, o diário tem

coisas íntimas, que não devem ser publicadas. No diário do Galvão, ele falava mal de pessoas, e foi publicado com as pessoas vivas.

C.C. – No diário de Malinowski também tinha...

R.L. – No diário de Malinowski, não é? Tanto é que eu começo a... Na resenha que eu publiquei sobre o diário do Eduardo Galvão, eu cito toda a polêmica que foi o diário do Malinowski. E eu sempre brincava, depois da história do Malinowski, porque a mulher dele publicou o diário depois que ele morreu, eu sempre brincava, fazendo uma paródia de Marx: “Antropólogos do mundo, queimai os seus diários”.

K.K. – E, de alguma forma, a experiência como jornalista, você acha que ela influenciou? Como é que ela foi incorporada por você?

R.L. – Eu acho que ela me desenvolveu uma capacidade etnográfica. Porque quando você ia... Porque, no fundo, eu também não fazia apenas reportagem policial, não é? De vez em quando, eu fazia também outras coisas, assim, coisas muito agradáveis como, por exemplo, almoçar com a Tônia Carrero porque ela estava fazendo um grande filme, porque faltava alguém no jornal para fazer essa cobertura. Durante... Essa é uma piada: durante um mês, quem fazia o horóscopo entrou em férias e eu fiz, porque sabia todas as regras. Basta escrever coisa boa que todo mundo acredita. Coisas desse tipo, não é?

C.C. – Isso é verdade? Você fez um mês de horóscopo?

R.L. – Eu fiz um mês de horóscopo. Mas acho que nunca... Não está assinado. Ainda bem, não é?

C.C. – Daí é que veio o interesse por cosmologia ameríndia?

R.L. – Eu acho que eu nunca consegui fazer essa relação, não [risos]. E o fato é que isso desenvolve, primeiro, a capacidade de escrever, porque no jornal, você chegava, você sentava lá e escrevia à máquina – não era computador, eu escrevia à máquina – o texto que ia ser

publicado rapidamente – no jornal, o tempo, é tudo muito rápido –, e a capacidade de observar as coisas.

K.K. – Você tinha algum ídolo nessa época no jornalismo, na época em que você achava até que não ia conseguir largar o jornalismo?

R.L. – Não. É gozado, não é? Eu não... A gente tinha admiração por pessoas que, publicamente, não tinham visibilidade, porque as reportagens policiais nunca eram assinadas.

K.K. – Não tem nenhuma reportagem sua assinada no *A Hora*?

R.L. – Não. Eu tenho recortes, tenho fotos minhas, mas não... A gente não assinava. No jornal, só quem assinava eram os colunistas, e um dos colunistas do meu jornal era um cara meio maluco chamado Jânio Quadros, que já era maluco naquela época.

C.C. – Agora, Roque, você gostava de ir a campo?

R.L. – Ah, gostava. É lógico que, quando você estava no campo, tinha hora que você pensava... O Roberto DaMatta, em uma reunião da ABA, em 92, em Belo Horizonte, ele narra, na palestra dele, um diálogo entre eu e ele em que eu perguntei: “Você gosta de caçar?” “Não.” “Você gosta de pescar?” “Não.” “Você já foi escoteiro?” “Não.” “Então, que diabo que nós estamos fazendo aqui?!”. Agora, no momento que eu estava lá, eu gostava muito da experiência de você conviver com outro povo e coisas desse tipo. E não tinha muito problema com [INAUDÍVEL]. O primeiro ano, nós fomos com um aparato incrível, levando centenas de papéis de filtro de água.

K.K. – Com os Terena?

R.L. – Não, quando a gente foi para... Quando eu fui para a Suruí e o Matta foi para a Gavião.

K.K. – Ah, o primeiro trabalho isolado. Porque antes você foi com o Roberto...

R.L. – É, antes nós estávamos indo com o Roberto Cardoso, mas aquilo foi pesquisa urbana. Os índios Terena que nós estudamos com o Roberto e que deu origem ao livro dele *Urbanização e Tribalismo*, as pesquisas foram feitas na cidade de Campo Grande, Aquidauana. Havia um bairro da cidade ocupado pelos índios.

C.C. – Você tirava fotos do campo naquela época?

R.L. – Eu levava a máquina, tirava fotos, mas acontece o seguinte, na primeira pesquisa que eu fui, eu não levei em consideração a capacidade da umidade, do bolor e a maior parte dos filmes estragou. A partir de então, eu começava a usar uma caixa de isopor cheia de sílica gel, para poder pôr a máquina, o equipamento e o filme. Mas, na verdade, é o seguinte, é muito difícil você fazer as duas coisas junto. Quando a pessoa faz Antropologia Visual, ele está dividido entre filmar e ver. Quando você está filmando, você tem um foco só, está olhando uma coisa só, está preocupado com o enquadramento, e as coisas estão acontecendo ao seu redor. Então, eu usei muito pouco a fotografia. Eu usei muito pouco.

K.K. – Mas você estava comentando que no seu primeiro campo, com os Suruí, você levou muito equipamento. Tinha uma estrutura muito grande para fazer essa pesquisa?

R.L. – Não, equipamentos que eu digo, assim, preventivos para doença: você teria que filtrar a água, para não beber... Mas em pouco tempo a gente chegou à conclusão que isso era uma loucura, que tinha que beber a água do rio mesmo, fazer as coisas todas e o que o melhor era quando voltar, curava a doença. E se você ficar pensando em doença no campo, você fica louco. Tivemos vários casos de antropólogos americanos ou mesmo brasileiros que tiveram que fazer toda uma situação de resgate e tudo porque tinha uma crise de apendicite, que desapareceu no momento em que chegou na cidade.

K.K. – Era uma somatização talvez?

R.L. – É. No Museu, a gente usava um termo: “ele estrambelhou”.

K.K. – Estrambelhou?



R.L. – Estrambelhou, quando a pessoa perdia o controle dentro do campo. Porque teve gente que foi para o campo uma vez e nunca mais foi, nunca mais quis ir.

C.C. – Roque, como eu estava comentando, ano que vem completa 50 anos do curso de especialização que você fez, e você está narrando um grupo muito pequeno de antropólogos ainda que havia naquela época. Dando um salto no tempo para hoje em dia, 50 anos depois, você foi professor de Antropologia em várias universidades, você continua dando aula de Antropologia, foi presidente da ABA, o que é que mantém, quer dizer, aquilo que você começou a estudar em 1960 e o que hoje se chama de Antropologia, sendo a mesma disciplina? Quer dizer, com todas as transformações que teve.

R.L. – A primeira coisa que me chama a atenção é que Antropologia não é mais Etnologia Indígena, porque a gente era a maioria e hoje é uma minoria muito pequena. Houve toda uma diversidade de temas. Eu acho que logo depois que nós começamos a fazer Antropologia, o interesse foi se deslocando para a própria sociedade. O próprio Roberto DaMatta, que tem uma trajetória exatamente igual à minha até um certo ponto, de repente ele descobre que o que interessa mesmo é a sociedade nacional. Tanto é que, se você pegar a bibliografia dele, hoje é muito mais sobre cultura brasileira e a sociedade nacional do que a sociedade indígena. Então, houve um crescimento muito grande a partir daquela época, e isso ficou bem patenteado em 74, quando o Sílvio Coelho dos Santos, que a gente vai fazer uma homenagem a ele à noite, ressuscitou praticamente a Associação Brasileira de Antropologia, organizando uma reunião em Florianópolis na expectativa que aparecessem 50 antropólogos, e apareceram 400. Já era uma consequência dos primeiros programas de pós-graduação instalados no país. Então, houve uma mudança muito grande de tema.

C.C. – E isso não incomodava os etnólogos mais tradicionais, que achavam que isso...?

R.L. – Ah, bom, incomodava. Tanto é que... É nessa proposição que o Darcy passou a chamar o Roberto de sociólogo. Então, a gente sempre falava: “Mas isso não é Antropologia”. Eu orientei um aluno que o trabalho de campo dele foi de sofá, analisando uma novela da Globo. Ele passou meses gravando uma novela da Globo para poder fazer a análise. Era uma novela

chamada *Partido Alto*, que tinha um trem que corria para a Zona Norte e para a Zona Sul e mudava tudo: quando corria para a Zona Norte, todo mundo ficava pobre e para a Zona Sul, todo mundo ficava rico. Então, ele foi analisando isso. E gravou não com DVD, gravou com gravador de áudio só, porque era o que existia. Então, para poder fazer a análise, ele tinha que ouvir e lembrar das imagens. Agora, no final, ele estava desesperado, porque a novela não acabava nunca e ele não saía do sofá, não é? Então, a gente achava que era uma outra coisa que estava sendo feita. Mas também, com esse papel duplo que a gente tem, de ser ao mesmo tempo pesquisador e professor, a gente também vai entrando nos projetos dos alunos, então, eu acho que com isso amenizou esse estranhamento com um novo tipo de fazer Antropologia.

C.C. – No caso dos etnólogos, tinha também, tradicionalmente, um papel duplo, não de professor, mas de se envolver com política indianista nessas instituições, não é?

R.L. – É.

C.C. – Você já falou com bastante detalhe sobre a sua experiência na Funai em outras entrevistas, mas como é essa mudança do papel do antropólogo para o da pessoa que lida com o indianismo?

R.L. – Eu acho o seguinte, quando a gente foi para o campo fazer as primeiras pesquisas com índio, a gente queria escrever um livro como o Malinowski: uma monografia no estilo da... do jeito daquela imprensa que nós tínhamos da Antropologia Social inglesa, a gente criar uma monografia no estilo do Malinowski, que é um grupo isolado, vivendo totalmente diferente da sociedade envolvente. E quando nós chegamos lá, a situação era outra. Eu chego na aldeia Suruí um ano depois do contato e encontro um grupo em estado de choque, porque um ano antes eles tinham 126 pessoas – isso eu reconstitui pela genealogia – e na primeira gripe, 86 morreram, na primeira semana.

C.C. – Ficaram quarenta.

R.L. – Aí, ficaram quarenta. Então, você imagina uma sociedade humana que, em uma semana, perde dois terços da população. Então, para eles o mundo tinha desabado realmente. Então, eu

não podia ficar escrevendo só como eram os Suruí, e daí surgiu essa ideia de fazer uma Antropologia política, de denúncia e coisas desse tipo.

C.C. – O Darcy tem uma frase, em uma entrevista que ele deu e que, se não me engano, saiu publicada na *Civilização Brasileira*, em que ele falava que tentar fazer um estudo sobre a sociedade tradicional indígena, na situação que elas estavam na época, era como tentar fazer um estudo sobre a sociedade alemã...

R.L. – Em um bombardeio.

C.C. – ...às vésperas do final da Segunda Guerra Mundial.

R.L. – Exato.

C.C. – O Darcy tinha essas frases de efeito, mas o que você está narrando se parece com isso.

R.L. – É exatamente isso. Nenhum antropólogo conseguiu fazer uma monografia... Nenhum antropólogo brasileiro conseguiu fazer uma monografia como os ingleses fizeram. Mesmo porque eles trabalharam com povos isolados. Se você pensa o Malinowski, o Malinowski deve à Primeira Guerra Mundial o fato de ele ter feito uma grande monografia, porque como ele era polonês e estava na Austrália, que fazia parte do Reino Unido, ele foi confinado nas ilhas Trobriand e teve que ficar lá durante toda a guerra praticamente.

C.C. – É, mas lendo... Eu já li com atenção *Os argonautas* inteiro e, em várias passagens, o Malinowski... Você vislumbra a história por trás daquela descrição de cultura.

R.L. – À inglesa, não é?

C.C. – Há momentos em que ele fala: “Ah, esse ritual, já não se faz há alguns anos”, embora ele descreva. Há algumas passagens onde... brechas onde se vê essa história, embora o modelo fosse de uma descrição sincrônica e presente. Com a tua formação de historiador, isso não

ficava, vamos dizer, mais evidente, perceber a transformação? Ou o que você estudou de história não tinha a ver com essa sua prática antropológica?

R.L. – Não, o que a gente estudava de história... Naquela época, o que a gente estudava de história era o documento, que você tem que fazer a análise dos documentos todos. E quando a gente vai para o campo, a gente começa a se defrontar com uma coisa nova, que é uma história oral, ou seja, com uma etnohistória, que nenhum antropólogo brasileiro... Isso é uma coisa que eu sempre critiquei, porque toda vez, no Brasil, que se fala em etnohistória, eles estão fazendo uma história do índio através da historiografia brasileira, através de documentação. No sentido da *ethnoscience* americana, a etnohistória seria a história que o índio conta, não é? Não é a história que foi registrada a respeito daquele grupo. Isso a gente tentava fazer, buscar... Eu consegui reconstruir, pelo menos, a história do grupo em que eu trabalhei em um período de duas gerações. O que aconteceu também é que, os 126 que morreram, os mais velhos morreram.

K.K. – Os 80 que morreram.

R.L. – Os 80 que morreram. Ficou uma população muito jovem. E essa população muito jovem perdeu uma parte considerável da tradição da história oral, da tradição oral que eles tinham. Mas, de qualquer forma, eles saíram da região onde hoje é a Serra dos Carajás, lá onde está a Vale do Rio Doce, perseguidos pelos Kaiapó, que ainda estão lá, e foram fugindo até o sudeste do Pará e se localizaram ali na região próxima a Marabá, exatamente onde ocorreu a guerrilha de 73. E você não tinha os fragmentos dessa história. Era... Mais longe a gente ficava do tempo do mito, da mitologia, porque hoje não se pode falar mito. Porque uma das coisas que eu estou lendo agora também na antropologia é que você tem um expurgo das palavras tradicionais. “A análise de uma tribo primitiva”: você não pode falar nem tribo nem primitiva. Não pode mais falar em mito, vai ter que ser a narrativa.

C.C. – Você mencionou que, na época que você fez o curso de especialização, que talvez o único livro publicado no Brasil e traduzido para o português fosse o do Linton. Se você tivesse que destacar um livro de Antropologia que mais o marcou, ou de Antropologia ou de qualquer outra área, qual o livro que você destacaria?

R.L. – Eu acho que quando nós começamos a fazer Antropologia teve todo um impacto do estruturalismo e começamos a ler logo o Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem*, *O totemismo* e, no meu caso, que estava muito interessado em parentesco, o *Estruturas elementares do parentesco*. Mas a monografia sempre foi *Os argonautas do Pacífico ocidental*. Eu nunca tinha pensado em escolher um livro. Eu fiquei com o Ralph Linton mesmo porque foi o meu começo.

C.C. – E mudando, mas falando de livro, como é a experiência de ser o autor do grande *best-seller* da Antropologia brasileira, que foi o livro *Cultura*, da Zahar. É o que mais vende na área de ciências sociais da Zahar. Eu não sei em que edição está.

K.K. – É o livro de Antropologia que mais vende no Brasil, não é?

R.L. – É. O que acontece é o seguinte: em 77, eu fiz um pós-doutorado na Inglaterra, e quando eu voltei... Eu sempre gostei de dar aula de Introdução à Antropologia. Eu acho que o nosso Programa de Antropologia na Universidade de Brasília hoje é um programa “sete” e tudo porque a gente formou bons alunos também na graduação. E a gente tinha discutido, eu e o Melatti, que Introdução à Antropologia é a disciplina mais importante do curso de graduação, porque é onde você... Em um curso de Ciências Sociais, você está competindo com Sociologia e Política. Se a Introdução à Antropologia não for melhor que a Introdução à Sociologia e a Introdução à Ciência Política, a gente perde o aluno para essas outras disciplinas. Então, sempre eram os professores mais experientes que davam Introdução à Antropologia. Hoje mudou. Hoje, você chega lá, Introdução à Antropologia está sendo dada por aluno do doutorado ou coisa desse tipo. E eu sempre gostei. Mas faltava um manual mais brasileiro, provavelmente, com exemplo de coisa brasileira e coisa desse tipo. Então, em decorrência desse curso, eu fiz aquele livro. Inicialmente, como uma apostila praticamente. E em uma viagem ao Rio, conversando com o Jorge Zahar, acidentalmente, ele falou assim: “Eu tenho um livro de Antropologia que vende, mas que não tem nada a ver com a gente, que é o Pertti Pelto, *Iniciação à Antropologia*. Eu gostaria de ter alguma coisa feita no Brasil”. E eu falei que tinha e ele falou: “Então, manda para cá”. E o livro de repente começou a vender muito. E o interessante no livro é que quanto mais velho, mais ele vende. Porque as edições iniciais eram de dois mil e agora são de dez mil, e vende uma por semestre praticamente.

C.C. – Isso o torna o autor, o antropólogo mais lido do Brasil, principalmente nos cursos de graduação.

R.L. – E que me causa algumas surpresas. Por exemplo, eu chego um dia em um hotel em Uberlândia, está um rapaz na portaria lá, o rapaz da portaria, e quando eu faço a ficha, ele fala: “O senhor que escreveu esse livro?” Uma carteira vai entregar uma correspondência na porta da minha casa e pergunta: “Mas é a mesma pessoa que escreveu o livro tal?” Porque o livro tem uma amplitude muito maior do que o curso universitário, porque ele está sendo dado também, em São Paulo, na terceira série do segundo grau, no Colégio Santa Cruz. E as pessoas falam: “Mas você não vai atualizar o livro?” Eu falo: “Não”. Eu acho que o livro está tendo resultado para quem não escreveu. Não adianta... Eu não escrevi aquele livro para antropólogo ler. Mesmo porque eu teria que estar atualizando constantemente.

[PAUSA]

C.C. – Roque, eu te perguntei de um livro marcante, se você tivesse que destacar um livro, não é? E um personagem que você acha que, na sua trajetória, foi mais marcante para você?

R.L. – Ah, têm vários. Eu acho que o Eduardo Galvão, de certa forma, para a gente ele é meio o modelo do etnólogo mesmo, a pessoa que fazia o trabalho de campo, e que foi, de certa forma, obscurecido pela figura do Darcy. Os dois eram grandes amigos, mas o Galvão era exatamente ao contrário do Darcy. O Galvão era uma pessoa que falava muito baixo – a gente tinha uma dificuldade muito grande de ouvi-lo – e ele fazia muito pouco marketing dele próprio. Ele foi o primeiro antropólogo brasileiro a fazer doutorado em Antropologia e o primeiro, também, a fazer doutorado no exterior, porque ele foi para a Universidade de Columbia, no tempo de Boas.

C.C. – Eu acho que é em 49 que ele fez o doutorado, não é?

R.L. – É. E eu acho que, nessa minha vida como antropólogo, nem sempre a personagem marcante teria que ser antropólogo, não é? Uma delas foi o Noel Nutels, que a gente sempre encontrava no campo. Aliás, ele sempre tinha uma... Ele era muito irreverente, ele sempre dizia

que antropólogo era gigolô de índio, que vivia às custas dos índios e coisas desse tipo, mas ele também vivia, porque fazia as Unidades Sanitárias [Aéreas]. Era uma figura muito interessante. E eu acho que... Hoje, quando eu falo com os alunos, ninguém mais sabe quem é Noel Nutels. E têm três livros sobre ele, não é?

C.C. – É, tem *O índio cor-de-rosa*, do Orígenes Lessa.

R.L. – *O índio cor-de-rosa* e tem o romance do Moacyr Scliar, *O imperador do Xingu*<sup>1</sup>, que não é ele que é a personagem central do livro, mas ele é o pano de fundo de tudo.

C.C. – Mas você teve contato com o Galvão? Porque ele estava em Belém. Ele foi para o Museu Goeldi.

R.L. – É, mas como eu fazia pesquisa no Pará, a minha base era o Museu Goeldi. Eu ia para Belém, para poder atingir a região lá, e ficava hospedado no Museu. O Museu Goeldi tinha um alojamento. E era uma coisa muito interessante, porque a gente... Um dos alojamentos era um bangalô que já não existe mais, no meio do parque, que tinha dois apartamentos, e uma vez, eu estava em um desses apartamentos e no outro estava o rei da Bélgica, que era praticamente exilado ali. Como ele colaborou com os nazistas, ele foi obrigado a renunciar e passar o trono para o filho, e aí ele se tornou um naturalista.

C.C. – O Darcy, que você conviveu, a impressão que se tem é que ele ficou muito crítico da Antropologia brasileira depois, mais recente, não só por orientação teórica, ele se dizia evolucionista, e tem também uma entrevista em que ele fala dos “cavalos-de-santo do Lévi-Strauss” que baixavam e falou mal do Museu Nacional, do programa, e depois largou, foi para a educação, depois política e não voltou mais à Antropologia. Como é que você acompanhou esse personagem?

R.L. – Para começar, eu já participei de uma banca sobre o Darcy Ribeiro e eu estava dizendo, eu tive muito pouco contato com ele. Tive muito pouco. Porque é o seguinte, eu comecei a

<sup>1</sup> SCLIAR, Moacyr. *A majestade do Xingu*.

fazer Antropologia em 60, no Museu Nacional, como aluno, e o Darcy, nessa época, já estava no CBPE, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e já não fazia mais Etnologia. Nos anos seguintes, rapidamente, ele deixou isto para ser ministro da Educação e, depois, ser chefe da Casa Civil do João Goulart, e aí, veio a revolução e ele foi para o exterior. Então, eu tive muito... Eu lembro muito pouco de contatos com o Darcy. Para dizer a verdade, eu nunca conversei com o Darcy Ribeiro. Eu estive assim, em eventos em que ele estava. O Roberto me levou, eu era aluno, na casa de uma escritora em que ele estava lá, assim, como o centro das atenções. Coisas desse tipo. E quando ele voltou do campo, quando ele voltou do exílio, aliás, ele voltou uma outra pessoa praticamente, e aí que ele começa a atacar a Antropologia brasileira, nos chamando de “cavalos-de-santo do Lévi-Strauss”, ele, que era cavalo-de-santo do Leslie White, porque toda a Antropologia dele era do neoevolucionismo norte-americano.

C.C. – Do Julian Steward...

R.L. – Aquele negócio todo, não é? Então, o Roberto DaMatta assumiu a briga, e outras pessoas do Museu, e defendeu o Museu. Porque o Museu era uma instituição importante de pesquisa no Brasil. E a crítica dele era totalmente injusta, na verdade. Mas eu acho que o problema dele é que ele voltou e sentiu que ele já tinha passado. Porque tudo que ele publicou depois que ele voltou, o que era bom foi o que ele produziu antes. Ele republicou as coisas todas, não é? Aquele *Os índios e a civilização* é um conjunto de trabalhos isolados que ele fez antes, que era muito bom até. Na década de 50, ele era o grande antropólogo brasileiro. Mas você não pode parar dez, quinze anos e voltar e achar que continua sendo o grande antropólogo brasileiro.

C.C. – Você acha que tinha um incômodo com uma nova geração?

R.L. – Com uma nova geração. E outra coisa...

C.C. – Agora, o Roberto Cardoso era dessa nova geração e era ligado a ele.

R.L. – É. Mas ele renegou o Roberto. É impressionante. Na verdade, eu daria uma explicação de ordem psicológica, assim, chutando: o Darcy voltou do exílio para morrer...



C.C. – Sim. Ele tinha um câncer no pulmão.

R.L. – Os militares só permitiram que ele voltasse porque ele estava com um câncer no pulmão.

C.C. – Tinha tirado um pulmão, se eu não me engano.

R.L. – Ele retirou no Brasil. Porque se ele tivesse feito no Peru, ele já estava morto. Então, ele voltou porque eles acreditavam que ele ia morrer. E ele não morreu. E não morrendo, eu acho que ele assumiu uma outra vida. A primeira coisa, ele rompeu com o passado. E o primeiro rompimento foi com a Berta. Ele deixou a mulher dele. E essa é uma coisa muito interessante, porque a Berta iria... Ela tem uma história de vida incrível até. E ela nunca deixou o Darcy. Ela continuou sendo a mulher dele, quando ele já não era mais o marido dela. Ela sempre se identificava. E ela foi para o Museu Nacional. Ela fez tudo que ela deixou de fazer enquanto era mulher dele, porque ela virou uma secretária de alto nível, então, ela fez o doutorado, ela fez o concurso para titular, ela publicou pesadamente nesse período, quando ele já tinha praticamente parado de fazer Antropologia. Eu acho que, com isso, ele rompeu com o Museu também, e nunca mais foi na Associação Brasileira de Antropologia, ele, que foi um dos fundadores da ABA. Foi uma mudança muito forte de personalidade.

C.C. – E o Florestan, que foi também um pouco o seu orientador, até ele ser cassado...

R.L. – Ele foi meu orientador de tese.

C.C. – Durante pouco tempo, não é? Como era a relação pessoal com ele?

R.L. – Na verdade, foi muito pouco tempo mesmo, porque o meu doutorado foi feito também... Da mesma forma que o meu memorial foi feito pela moda antiga, o meu doutorado também. Eu fiz doutorado na USP quando não se exigia... O curso era apenas duas teses subsidiárias e uma tese principal. E por que eu fui fazer na cadeira de Sociologia com o Florestan e não na cadeira de Antropologia com o Egon Schaden? É porque eu estudava Tupi contemporâneo, e ele tinha feito o seu grande trabalho sobre os índios Tupinambá, que são os Tupi do século XVI. Tanto é que ele, embora ele tenha se destacado como sociólogo marxista, em entrevista

com a Mariza Peirano ele falou: “Os dois livros importantes da minha vida foram *A organização social dos Tupinambá* e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*”, que são dois livros funcionalistas, não é?

C.C. – E eram livros muito rigorosos, vamos dizer assim, do ponto de vista acadêmico, de pesquisa, de fontes. Tinham um padrão de trabalho intelectual que era muito impressionante para a época, não é?

R.L. – E esse era o padrão dele. Ele tinha um livro, que o Roberto nos obrigou a ler quinhentas vezes, chamado *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* que desenvolve todo esse método que ele usa para fazer a análise, reconstituir uma sociedade do passado através de análise de documentos, que são às vezes contraditórios. Porque os cronistas viam de várias maneiras os Tupinambá. Então, ele fez um trabalho incrível, assim, de pegar cada cronista, cada grupo, e só aceitar como verdade aquilo que tinha um certo consenso entre vários cronistas.

C.C. – E deixa eu lhe perguntar sobre o Darcy Ribeiro. O Darcy foi professor de Antropologia, escreveu livro de Antropologia, embora seja um personagem muito multifacetado, tanto como sociólogo como historiador, como ensaísta, como... Mas nessa altura que você entrou na Antropologia, nos anos 60, ele tinha alguma participação ou influência?

R.L. – Não. Na Antropologia... Não, ele tinha uma influência pelo que... A gente lia o que ele escreveu nos anos 50, que foi o meu caso, porque eu trabalhava com Tupi e ele trabalhou com os Urubu-Kaapor. Eu voltei ao campo quatorze anos depois dele, na mesma aldeia. Então, ele tinha essa influência. Mas não tinha contato, por isso que eu estava dizendo, ele estava em um outro mundo, cada vez mais distante, em uma outra comunidade: ele estava entrando para a política.

C.C. – Desculpe, você está falando do Darcy Ribeiro?

K.K. – É. Você falou do Darcy.

C.C. – Ah, perdão! Eu queria perguntar do Gilberto Freyre. Desculpe, eu que me confundi. Foi um ato falho. O Gilberto Freyre, que também, enfim, escreveu *Ensaio brasileiro de Antropologia*<sup>2</sup>, foi professor de Antropologia, embora tenha também um estilo diferente, não... Desculpe, é a figura do Gilberto que eu queria perguntar.

R.L. – Eu acho o seguinte, no tempo que a gente começou em Antropologia, que era jovem e tudo, a gente tinha um pé atrás com o Gilberto Freyre, porque... Quando eu lia *Casa-grande e senzala*, eu encontrava uma série de afirmações sobre índios que são estranhas. O Gilberto Freyre tinha... Agora, na medida que a gente foi amadurecendo como pesquisador, o livro foi crescendo. Mesmo porque é o seguinte, a gente tomou consciência de que um livro tem que ser avaliado pela época que foi escrito. Então, nos anos 30, aquele livro foi um livro revolucionário. Ele chegou até a ser proibido no Brasil. Então, eu lembro... Eu conheci o Gilberto... Eu e o Matta tivemos uma entrevista com ele quando ele já estava bem velho mesmo. E, com isso, eu passei a usar muito o livro dele, o *Casa-grande e senzala*, dentro dos cursos – que não eram de Etnologia, é lógico –, e vencendo a resistência dos alunos, porque tinha sempre aquela história. Mesmo porque é o seguinte, em uma crítica que foi feita ao Gilberto Freyre por um sociólogo marxista, ele foi taxado de racista porque, no seu prefácio, ele fala: “Quando eu estava andando pelas neves do Brooklyn, eu vi um grupo de marinheiros brasileiros desengonçados, pareciam macacos...”, ou qualquer coisa desse tipo assim. Aí, isso foi tomado e utilizado contra ele. Mas esqueceram da frase seguinte, quando ele diz: “Mas naquele tempo eu ainda não tinha sido aluno de Franz Boas”.

C.C. – Exato. É, ele cita justamente como exemplo do que ele havia mudado. Antes da conversão...

K.K. – Prenações dele.

R.L. – Houve um corte de má-fé. Ele estava fazendo um ato de contrição ou coisa desse tipo, mostrando que o Franz Boas mostrou o que era importante.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia* (1943).

C.C. – E teve uma mesa na ABA, eu não me lembro agora se em 78, que o Gilberto Velho até chamou o Gilberto Freyre e fez uma mesa. Foi a primeira volta dele, vamos dizer assim, ao cenário antropológico, porque até então ele tinha sido relegado como figura de segundo plano.

R.L. – Eu não lembro bem dessa...

C.C. – E o seu contato com antropólogos estrangeiros que estudavam o Brasil – o Wagley, o Maybury-Lewis...?

R.L. – Eu fui grande amigo do Maybury-Lewis porque... Eu o conheci logo quando ele começou a vir para o Brasil e depois ele me convidou para passar um ano em Harvard, embora o programa que ele tinha com o Museu Nacional era mais ligado aos Gê. Mas eu passei um ano lá com ele e a gente sempre manteve uma forte ligação, até pouco tempo atrás, quando ele entrou numa fase de Parkinson e a comunicação ficou difícil. O Wagley também frequentava muito o Museu Nacional, porque foi através do Museu Nacional que ele entrou na Antropologia brasileira. Aliás, o Wagley é responsável pela carreira do Eduardo Galvão. Porque quando ele vai estudar os Tapirapé, ele leva um jovem estagiário do Museu Nacional. Era o Eduardo Galvão. E o Wagley casou com uma brasileira. Foi um brasilianista muito ligado ao Brasil. No último livro dele, inclusive, ele cita trabalho meu. Então, eu tinha um bom relacionamento. E a gente teve um grande relacionamento com o pessoal do Projeto Harvard-Museu Nacional: Terence Turner, John Bamberg, Jean Carter, [INAUDÍVEL], Chris Crocker, o outro, o William Crocker, que é o antropólogo mais antigo a estudar... o antropólogo americano que mais tempo estuda no Brasil, e ainda continua – ele é do Smithsonian. Quer dizer, na verdade, a gente teve muito mais relação com antropólogos americanos do que com antropólogos ingleses e franceses. Essa influência francesa no Museu Nacional é recente. O primeiro que apareceu por aí foi o Patrick [Manger], que foi meu colega em Harvard.

K.K. – E dentro desse... Você quer perguntar?

C.C. – Eu ia perguntar, até porque você mencionou que havia poucos livros traduzidos para o português e tal, e a Antropologia portuguesa, em Portugal? Quer dizer, já que é a mesma língua...

R.L. – Não. A gente não conhecia nada, absolutamente nada...

K.K. – Nem africana?

R.L. – ...da Antropologia portuguesa. Quer dizer, a ideia que a gente tinha realmente era que, com a ditadura do Salazar, ela não tinha possibilidade de desenvolver. Como aconteceu, por exemplo, com a Antropologia espanhola. E hoje um grande amigo meu é o Claudio Esteva-Fabregat, que é uma pessoa bem idosa hoje, e ele tinha dezesseis anos quando começou a Guerra Civil. Mas foi muito emocionante, em Barcelona, uma vez que estava eu, ele e a mulher e a minha esposa, porque ele chegou na escadaria da prefeitura e de repente ele falou: “Eu tinha dezesseis anos, e estávamos todos deitados aqui no chão quando alguém gritou ‘Atacar!’, e todo mundo levantou e correu para tomar a prefeitura”. E ele falou: “Morreram 600 pessoas naquele dia”. Foi o começo da Guerra Civil. Quando a Guerra Civil terminou, ele se refugiou na França – atravessou ali os Pirineus e foi para a França – e de lá ele foi para o México, estudou Antropologia com o Juan Comas, que era o grande nome da Antropologia mexicana, e voltou para a Espanha, para reconstruir a Antropologia espanhola depois do Franco. Portugal, a gente não tinha nenhum contato.

C.C. – E hoje há vários portugueses aqui.

R.L. – Hoje estão vários aqui, não é? E hoje muita gente vai para a Espanha estudar Antropologia. Hoje você tem um grande contato com a Península Ibérica. Mas o problema é o seguinte...

K.K. – As ditaduras, não é?

R.L. – Só no Brasil que se conseguiu conciliar o desenvolvimento da Antropologia com uma ditadura, exatamente porque ela foi deixada de lado, não é? Foi deixada de lado. Porque a Alemanha nunca mais teve uma Antropologia, e antes do Hitler ela tinha, não é?

K.K. – A Etnologia brasileira nunca tentou nem se interessou por esse... pelo estudo fora do país? Ou em algum momento isso chegou a ser uma questão...?

R.L. – Naquele tempo, que a gente trabalhava com tanta escassez de recurso, fazer Antropologia no Brasil já era uma enorme dificuldade. Eu tenho um amigo, o George Zarur, que ele se considera o primeiro brasileiro a fazer pesquisa fora do Brasil, porque ele estudou pescadores na Flórida. Porque ele grande amigo do... A mãe dele era grande amiga do Charles Wagley e ele fez mestrado no Museu Nacional e foi fazer o doutorado na Flórida e lá ele estudou uma comunidade de pescadores, na Flórida. Eu acho que é o primeiro mesmo. Não é o primeiro, não, porque o Ruy Coelho, em São Paulo, fez uma pesquisa fora do Brasil – nas Guianas, me parece. Hoje a situação mudou: o Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília faz pesquisa em Guiné-Bissau, em Cabo Verde e no Timor-Leste, e em outras universidades está ocorrendo a mesma coisa.

K.K. – Como que você vê a formação desse aluno de graduação de Antropologia hoje, comparado com a formação que vocês...?

R.L. – De certa forma, ele é mais preparado, porque o currículo, foi possível concentrar mais disciplinas de Antropologia na graduação, enquanto que o currículo antigo não permitia isso. Eu tive três disciplinas: uma no primeiro, uma no segundo e uma no terceiro ano. Então, é diferente, não é? De tal forma que hoje há um movimento muito forte até para a separação dos cursos: acabar com o curso de Ciências Sociais e começar Antropologia, Sociologia ou Política, separado. Na Universidade de Brasília, Política já é separado.

K.K. – A graduação é em Sociologia e Antropologia?

R.L. – É. Então, eu acho que há uma intensidade maior de informações. O aluno chega mais preparado agora.

C.C. – Eu tenho uma última pergunta. Como eu disse, você já deu entrevistas bem detalhadas sobre a sua experiência na Funai, mas, por exemplo, hoje está o STF para julgar a questão da região da Raposa Serra do Sol e a gente acompanha todo esse debate, essa polêmica. Como é

que o antropólogo se situa no meio dos indianistas antigos, os sertanistas, que são cada vez menos, as ONGs, políticos locais ou militares falando que aquilo vai afetar a soberania brasileira, e organizações religiosas, missionários? Quer dizer, é um campo muito...

R.L. – É, eu acho que é... Eu tenho uma experiência com a Raposa Serra do Sol porque a história começou... Aliás, essa história começou muito antes. Quando eu estava na Funai, já estava em uma situação bem difícil. Porque estava tudo pronto, a demarcação toda pronta, e faltava só o decreto de homologação, e nós pressionamos fortemente o Fernando Henrique para assinar e ele não assinou. Porque, por outro lado, havia toda uma pressão política dos parlamentares de qualquer partido de Roraima. Porque, em Roraima, você pode ser do PT, pode ser de qualquer partido que você, antes de tudo, você é contra o índio. Há uma unanimidade. Então, em 2000, eu participei de uma missão comandada... mandada pelo general Cardoso, porque ele mesmo, no último momento, ele se desligou da missão para poder correr para Porto Seguro, onde estava acontecendo... Aquelas coisas estranhas, que resultaram inclusive na demissão do presidente da Funai. Mas eu, com um grupo de militares de alta patente, nós visitamos toda a região da Raposa Serra do Sol. E esse grupo saiu convencido de lá. O grupo saiu convencido que ali a terra tinha que ser contínua, que a maioria de índios era por terra contínua. E por outro lado, na Funai, várias vezes eu tive que enfrentar parlamentares de Roraima, que vinham com essa conversa sempre, essa paranoia que existe no Brasil que os Estados Unidos querem tomar a Amazônia. Desde Paulo de... Eu esqueci agora o sobrenome. Desde o século XIX que as pessoas já escrevem isso. Ou seja, uma geopolítica do século XIX, que acha que, para dominar, tem que ocupar, tomar e coisas desse tipo. Então, as três acusações: as sete potências, que estão contra anexar o território amazônico, as missões religiosas e as ONGs. Mas eu tive oportunidade de uma vez falar para vários parlamentares, até para o governador de Roraima, quando eu estava na Funai: “Em primeiro lugar, não tenho nenhum compromisso com a Igreja Católica, não tenho nenhum compromisso com ONG” – eu não tinha naquela época – “e também não aceito que duvidem da lealdade que eu tenho com o meu país para falar que eu estou servindo a essas sete potências”. Então, eu tenho toda essa conversa. Agora, eu estou pessimista, porque a sensação que nós temos é que o Supremo vai votar contra.

C.C. – E não são só políticos. Os militares também falam muito em...

R.L. – Falam muito nisso. É paranoia. O Gustavo tem um artigo muito bom, sobre o daltonismo dos militares: havia um tempo que eles enxergavam todo mundo vermelho, até o término do período ditatorial, e depois eles passaram a enxergar todo mundo verde, não é? Então, são os ambientalistas, são...

K.K. – Obrigada, Roque.

C.C. – Eu não sei. Tem alguma outra coisa que você queira comentar?

R.L. – Eu falei muito.

C.C. – Não, foi ótimo porque eu acho que nós conseguimos fazer umas perguntas que não repetem muito outras entrevistas que você deu, não é? O sol também está já chegando aí.

R.L. – Já está chegando aqui.

K.K. – Eu acho que deu muitas sugestões: a gente ir a Brasília filmar os materiais que você mencionou, sobre...

[FIM DO DEPOIMENTO]